

RECURSO ESPECIAL Nº 1.828.387 - DF (2019/0218711-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : **BRB ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S/A**
ADVOGADA : **ADRIANA NAZARÉ DORNELLES BRITTO E OUTRO(S) - DF010611**
RECORRIDO : **ELZA CRESCENCIO PEREIRA**
ADVOGADO : **LUCINETE MARIA NASCIMENTO RODRIGUES - DF043620**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da CF contra acórdão do TJDFT assim ementado (e-STJ fls. 229/230):

CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD REJEIÇÃO CAUSAM. REVISÃO CONTRATUAL. SEGURO DE VIDA. ALTERAÇÃO DE FAIXA ETÁRIA. REDUÇÃO DO VALOR DO PRÊMIO. DEVOLUÇÃO DOS VALORES INDEVIDAMENTE DEBITADOS EM SUA FORMA SIMPLES. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ.

. SENTENÇA MANTIDA 1 - A relação jurídica estabelecida no contrato de seguro de vida ou acidentes pessoais é de consumo, encaixando-se a atividade exercida tanto pela seguradora quanto pela corretora de seguros no conceito de fornecedor previsto no art. 3º, § 2º, do CDC, e o segurado na definição legal de destinatário final inserta no art. 2º do mesmo Código. Todos aqueles que integram a cadeia de fornecimento do produto ou serviço são objetiva e solidariamente responsáveis por eventual defeito ou vício deles decorrentes, conforme recai da interpretação dos artigos 7º, parágrafo único; 14, 18, 25, § 1º, do CDC, bem como do art. 34 da mesma legislação consumerista. Precedentes.

2 – Constatado o reajuste abusivo perpetrado pela Seguradora e que esta, no mês de tal reajuste por idade, praticava valores distintos do cobrado para a Autora, conforme a tabela de vendas apresentada pela própria Corretora Ré, impõe-se a adequação do valor do prêmio a tal tabela, com a determinação de devolução simples do valor cobrado a maior da Segurada, o que não significa alteração de qualquer cláusula contratual, mas tão somente a readequação do reajuste realizado em julho de 2017 com a devolução dos valores cobrados a maior a partir de então e, por conseguinte, nada obsta a observância do contrato quanto a reajustes posteriores e a renovações anuais.

3 - Na linha da jurisprudência do egrégio STJ, para que incida o disposto no parágrafo único do art. 42 do CDC – restituição em dobro das quantias indevidamente cobradas e pagas pelo consumidor – é necessária a comprovação do elemento subjetivo: a má-fé do fornecedor do serviço.

Preliminar rejeitada.

Apelações Cíveis desprovidas.

A recorrente, em suas razões (e-STJ fls. 246/260), aduz divergência jurisprudencial e violação dos arts. 14, 25 e 34 do CDC, apontando a ilegitimidade passiva da corretora de seguros.

A recorrida apresentou contrarrazões (e-STJ fls. 269/273).

É o relatório.

Decido.

A recorrente apontou, de forma genérica, ofensa aos arts. 25 e 34 do CDC, sem indicar de que modo o dispositivo teria sido ofendido ou como a Corte local lhe teria negado

Superior Tribunal de Justiça

vigência. Dessa maneira, a fundamentação recursal mostra-se deficiente e atrai a aplicação, por analogia, da Súmula n. 284/STF.

A recorrente, invocando o art. 14 do CDC, sustenta ilegitimidade passiva da corretora de seguros. Nesse contexto, observa-se que o dispositivo de lei invocado pela parte possui comando legal dissociado das razões recursais a ele relacionadas, pois trata da responsabilidade civil, o que impossibilita a compreensão da controvérsia arguida nos autos, ante a deficiência na fundamentação recursal. Incidente, portanto, a Súmula n. 284/STF.

Por fim, o conhecimento do recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional exige, além de indicação do dispositivo legal objeto de interpretação divergente, demonstração do dissídio, mediante verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados e realização de cotejo analítico entre elas, nos termos definidos pelos arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 1.029, § 1º, do CPC/2015, ônus dos quais a parte recorrente não se desincumbiu.

Diante do exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Deferida a gratuidade da justiça na instância de origem, deve ser observada a regra do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator